

Change of State: Information, Policy, and Power *Sandra Braman*

Resenha - DOI: 10.3395/reciis.v1i2.96pt

Michel Thiollent

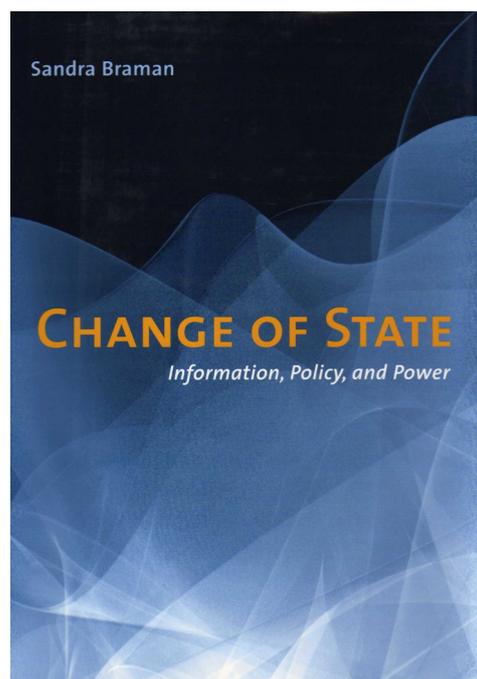
Programa de Engenharia da COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
thiollent@pep.ufrj.br

O objetivo deste livro consiste em analisar as políticas de informação no contexto norte-americano, particularmente mostrando as mudanças que estão ocorrendo nos mecanismos de poder e no funcionamento do Estado.

Nas últimas décadas, transformações econômicas, sociais, tecnológicas e políticas têm intensificado e modificado o papel da informação. A economia globalizada é baseada em redes de informação, novas estruturas do conhecimento e da informação são subjacentes ao movimento da economia e, aos poucos, modificam os meios de comunicação, as atividades intelectuais e até o exercício da cidadania. O sistema de informação torna-se um instrumento de poder: ele é objeto de uma política de Estado para exercer um poder interno sobre as atividades econômicas e sociais e para controlar os cidadãos; além disso, ele se estende às relações externas com fortes implicações econômicas e militares.

Na parte conceitual do livro, a autora define a informação como um recurso que entra em qualquer processo de tomada de decisão, que pode ser democrático ou, ao contrário, burocrático. As recentes evoluções do uso da informação, após o 11 de setembro de 2001, apontam para tendências autoritárias, ameaçando a manutenção da democracia participativa.

Em sua definição da informação, a autora distingue vários aspectos: informação como *commodity* (informação padronizada vendida ou comprada pelas empresas do ramo), como percepção de padrões (informação reduzindo a incerteza e associada a uma significação complexa), como agente de intervenção (com papel ativo, dentro de limites preestabelecidos, tornando certas decisões quase



**Cambridge-Mass:
The MIT Press, 2006**

automáticas em função das respostas anteriores), como conjunto de possibilidades no delineamento de um futuro potencial, e como uma força constitutiva na sociedade. Esses múltiplos aspectos permitem uma grande riqueza de interpretação dos fatos observados. Além disso, como se vê a informação não se reduz a um dado estático, armazenado e consultável, trata-se de um conjunto de sinais dinâmicos, capaz de detectar situações latentes ou fatos potenciais.

Na conceituação do sistema de poder, a autora distingue várias formas do poder que se complementam: a forma instrumental (o poder “molda os comportamentos humanos por meio da manipulação do mundo material, via força física”); a forma estrutural (com “manipulação do mundo social por meio de regras e instituições”); a forma simbólica (com “manipulação por meio de idéias, palavras e imagens”); e a forma informacional (com “manipulação das bases informacionais” das três formas precedentes). (p.25)

Em vários contextos, a informação desempenha um papel ativo cada vez mais importante em termos de poder. O Estado cria mecanismos de regulação do sistema de informação para manter o controle sobre vastos conjuntos de atividades econômicas, sociais, culturais e militares. Por exemplo, trata-se de manter padrões culturais da sociedade, através do controle dos jornais e editoras de livros, imposição do inglês às minorias como língua única, entre outros. No plano internacional, o sistema de informação desempenha um papel central, desde a época da guerra fria, e agora se concentra nos objetivos da chamada “guerra contra o terrorismo”. Sua função é também fundamental nos mecanismos de controle econômico e de competitividade das empresas através dos mercados internacionais.

Na evolução ocorrida entre o período moderno e o pós-moderno, a autora aponta grandes transformações decorrentes de inovações tecnológicas. As décadas da modernidade foram dominadas por tecnologias centralizadoras e por meios de comunicação de massa, como a televisão, já na atual época, dita pós-moderna, predominam sistemas descentralizados, em redes, que são tecnicamente viabilizados pela Internet, em escala mundial. Tal evolução transforma os antigos mecanismos de emissão e recepção de informação (de poucos para muitos), ao estabelecer vínculos mais estreitos e mais seletivos entre produtores e usuários da informação.

A autora propõe uma análise pormenorizada dos aspectos constitucionais dos EUA em matéria de política de informação. Definidos e modificados ao longo da história, tais aspectos abrangem as condições de liberdade de expressão, o acesso e a circulação da informação, os direitos de propriedade, as restrições às liberdades em tempo de guerra, a definição do que é considerado ou não como traição, as autorizações de assembléias e associações, etc. Muitos desses dispositivos datavam da época da guerra fria. Após o 11 de setembro de 2001, o governo de George W. Bush e diversos grupos políticos conservadores exerceram pressões para modificar e endurecer os dispositivos legais relativos à geração e ao uso

da informação em todos os setores da vida econômica, social, política, educacional e cultural. Em nome da guerra contra o terrorismo, estão sendo postas em questão a liberdade de expressão, a livre circulação da informação e a privacidade dos cidadãos. O chamado “*PATRIOT Act*” promove emendas constitucionais visando precisamente a impor medidas mais rígidas nesse sentido, em particular em matéria de vigilância dos cidadãos comuns, através dos meios de comunicação (telefone, mensagens, e-mails, *cookies* para identificar os visitantes de determinados *websites* suspeitos, etc). Uma das principais tendências da evolução recente da política de informação consiste então em impor sérias restrições à liberdade de expressão, pilar da concepção da democracia, tão valorizada no ideário norte-americano, em nome de uma nova doutrina de “segurança nacional”. Até mesmo no contexto das universidades e das bibliotecas, são previstos mecanismos de retenção da informação científica e tecnológica em certas áreas de conhecimento (em particular, biologia, física, química).

A privacidade das pessoas é cada vez mais controlada, as atividades, crenças, relacionamentos diversos são monitorados e dados a respeito são armazenados em sistemas de bases de dados, que podem incluir também, em certos casos, informações de ordem genética, como o DNA. Uma outra tendência dos sistemas de informação de vigilância consiste em incluir, cada vez mais, os mapas digitalizados e as técnicas de localização por satélites.

Ademais, é interessante notar que a atual preocupação em matéria de restrições à liberdade de expressão não se limita ao controle das falas das pessoas ou dos discursos efetivamente pronunciados ou divulgados por qualquer meio de comunicação escrita ou audiovisual, também estariam incluídas as “ações simbólicas”, isto é, qualquer tipo de atos ou gestos (por exemplo, queimar uma bandeira) que possam ser interpretados como suspeitos do ponto de vista da ordem estabelecida. As ações simbólicas também são detectadas em obras ou manifestações culturais ou artísticas.

Uma das conseqüências dessa visão do papel da informação no sistema de poder norte-americano, diz respeito ao controle das fronteiras não somente entre estados-nações, como também entre grupos sociais e entidades diversas. As fronteiras não se limitam mais aos aspectos geopolíticos, abrangem também as atividades econômicas e sociais, as áreas diferenciadas em função de critérios culturais, étnicas, religiosos e outros. Chega-se a uma situação paradoxal: de um lado, as novas tecnologias da informação oferecem, aparentemente, a possibilidade de viver sem fronteiras (em suas várias acepções), mas, por outro lado, por razões políticas, diplomáticas, comerciais e militares, os sistemas de informação são utilizados pelo poder para manter as fronteiras que lhe sejam convenientes, inclusive no que diz respeito ao deslocamento das pessoas (em particular no caso da imigração, como a que ocorre do Sul para o Norte da América).

Um outro aspecto, também mencionado pela autora, diz respeito aos mecanismos informacionais colocados à disposição das instituições políticas e dos sistemas

eleitorais ou de votação, sempre considerados como condição primordial da democracia representativa. Além de manipulações nos sistemas de pesquisas eleitorais locais para favorecer as campanhas de adesão de tal ou qual candidato, é apontado um uso suspeito de certos tipos de voto eletrônico. Mais uma vez, vive-se no paradoxo, de um lado, as novas tecnologias da informação permitem a descentralização, com grande liberdade de expressão, de acesso à informação ou de difusão, mas, por outro lado, em dados contextos, seu uso pode ser manipulado em função de certos interesses políticos ou econômicos.

Em suma, o livro demonstra um importante esforço conceitual sobre o papel da informação nos sistemas de poder, sob controle do Estado, e oferece uma análise muito detalhada dos fatos e tendências que ocorram, nos últimos anos, no contexto dos EUA, inclusive em seus aspectos constitucionais. Os fantásticos progressos científicos e tecnológicos que caracterizam os sistemas de informação, de um lado, permitem aos agentes econômicos, aos cidadãos, eleitores ou outros, melhores condições para tomarem decisões, mais adequadas ou mais precisas, mas, por outro lado, em função do clima criado no contexto da “guerra contra o terror”, os sistemas de informação estão sendo moldados e orientados para um controle mais rígido dos cidadãos, pondo em risco a continuidade da democracia participativa.

No último capítulo são expostas as principais conclusões. A autora resume as principais respostas às perguntas inicialmente formuladas. Entre outras, ela considera que o “estado informacional” (estado que usa sistematicamente os sistemas de informação para implementar sua política) “sabe cada vez mais sobre os indivíduos, mas, por sua vez, os indivíduos sabem cada

vez menos sobre o estado” (p.314). O estado informacional substitui o antigo “panóptico” pelo “*panspectron*” para vigiar eletronicamente os indivíduos. Outra conclusão: “o uso das tecnologias digitais restringe em vez de aumentar as possibilidades de uma significativa democracia participativa” (p.315). Apesar de ser cada vez mais poderoso, o sistema de informação não oferece aos cidadãos as condições de uma perfeita transparência na vida política, pelo contrário, ele alimenta a suspeição para com certos resultados eleitorais. Uma outra mudança está acontecendo: “no estado informacional, o indivíduo desaparece como tal e se torna uma probabilidade” (p.316), isto é, um perfil que é estatisticamente definido; assim um indivíduo de dado perfil pode ser visto como suspeito, mesmo sem ter cometido nenhum delito.

O livro é dividido em 9 capítulos totalizando 326 páginas, às quais são acrescentadas 90 páginas de “Ensaio bibliográfico”, em que a autora cita as fontes e comenta detalhadamente todos os conceitos fundamentais que utiliza em cada capítulo. A seguir, mais 107 páginas de referências bibliográficas, e, por fim, mais 16 páginas de índice remissivo. Tudo isso indica que estamos diante de um livro importante, muito bem documentado, um verdadeiro manual de referência ou um instrumento de pesquisa para os estudiosos das políticas de informação e da evolução das formas de poder nos EUA. Embora o conteúdo do livro seja estreitamente contextualizado naquele país, podemos imaginar que o quadro conceitual e o tipo de abordagem que oferece possam ser de grande valia para quem quiser estudar os mecanismos informacionais de outros estados e sociedades que já possuem um elevado nível de informatização, como no caso do Brasil. 